

INÉDITAS PARA SEE-MG
CONSULPLAN
Assistente Técnico de Educação Básica e Técnico da Educação

1. Acerca das proclamações feitas pela Declaração de Salamanca, especialmente no que tange aos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, assinale a alternativa incorreta.

- a) Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
- b) Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- c) **Aqueles com necessidades educacionais especiais não devem ter acesso à escola regular, mas somente escolas especializadas em sua deficiência, que deve acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades**
- d) Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

2. Nos termos da Cartilha de Enfrentamento ao Assédio Sexual nas Escolas Estaduais de Minas Gerais, analise os itens.

- I – Assédio sexual é toda conduta que constrange outra pessoa com a finalidade ou interesse de envolvimento afetivo.
- II – É responsabilidade da direção escolar registrar todos os casos em ata e no SIMA - Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos.
- III – Condutas de assédio sexual são estritamente físicas e têm o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual.
- IV – A caracterização de assédio sexual em matéria correcional independe da idade do aluno e do local de cometimento do ilícito.

Diante disso, estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) **I, II e IV.**

3. Considerando o que dispõe a Constituição do Estado de Minas Gerais a respeito da Educação, assinale a alternativa correta.

- a) **A gratuidade do ensino a cargo do Estado inclui a de todo o material escolar e a da alimentação do educando, quando na escola.**
- b) A garantia de educação pelo Poder Público, entre outras medidas, se dá mediante atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

- c) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade do Estado, mas não da autoridade competente.
- d) O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de trinta por cento da receita resultante de seus impostos, incluída a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

4. Conforme a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Diante disso, assinale a alternativa incorreta à luz das disposições desta Lei sobre educação básica.

- a) Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo.
- b) O controle de frequência fica a cargo da escola, exigida a frequência mínima de sessenta por cento do total de horas letivas para aprovação.**
- c) Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos.
- d) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

5. Nos termos da Lei 13.005/2014, assinale a alternativa que não corresponde a uma diretriz do Plano Nacional de Educação (PNE).

- a) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País
- b) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação
- c) erradicação do analfabetismo
- d) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental**

6. A respeito do Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais positivado na Lei Estadual Lei 7.109/1977, é errôneo afirmar que:

- a) Integra o magistério o pessoal que exerce a docência, a supervisão, a orientação, a administração educacional, a inspeção e a direção no sistema estadual de ensino.
- b) O professor ou o especialista de educação, em regime de autorização especial, não faz jus ao vencimento e às vantagens do seu cargo efetivo.**
- c) Substituição é o cometimento a um ocupante de cargo do magistério das atribuições que competiam a outro que se encontre ausente, sem perda de sua lotação na escola.
- d) A prática de discriminação por motivo de raça, condição social ou credo é um exemplo de transgressão passível de pena.

7. Conforme a Lei nº 15.293/2004, que institui as carreiras dos Profissionais da Educação, promoção é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente superior, na mesma

carreira a que pertence.ará jus à promoção o servidor que preencher os seguintes requisitos, exceto:

- a) encontrar-se em efetivo exercício;
- b) ter cumprido o interstício de cinco anos de efetivo exercício no mesmo nível;
- c) ter recebido cinco avaliações de desempenho individual satisfatórias no último ano letivo;**
- d) comprovar a titulação mínima exigida.

8. Conforme o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual, estabelecido pelo Decreto Estadual 46.644/2014, é uma vedação ao agente público:

- a) facilitar atividades de fiscalização pelos órgãos de controle
- b) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar exercício de direito de qualquer pessoa**
- c) comunicar imediatamente aos superiores todo ato ou fato contrário ao interesse público
- d) resistir e denunciar pressões de superiores hierárquicos, contratantes, interessados e outros que visem a obter favores, benesses ou vantagens ilegais ou imorais

9. De acordo com as disposições da Lei 23.197/2018, que estabelece o Plano Estadual de Educação (PEE), o Estado atuará em regime de colaboração com a União e os municípios visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias. Acerca desta repartição de competências, assinale a alternativa correta.

- a) Será criada uma instância permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o Estado e os municípios, para o desenvolvimento conjunto de ações em prol da educação.**
- b) Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que atendam a povos e comunidades tradicionais, prescindida a consulta prévia e informada à respectiva comunidade.
- c) A execução deste PEE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e avaliações realizadas com periodicidade máxima de três anos.
- d) O Estado criará mecanismos para o monitoramento e para as avaliações do cumprimento das metas do PEE, sem nenhuma relação com o acompanhamento da execução do PNE (Plano Nacional de Educação).

10. Segundo a Resolução SEE nº 4.948/2024, que trata da organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais, o Projeto Político Pedagógico, documento que estabelece os objetivos, diretrizes e metas da unidade escolar, a partir da construção coletiva, para a formação de cidadãos com direitos à proteção e à participação social deverá, exceto:

- a) Ser elaborado a partir da articulação e participação de todos os segmentos representativos da escola.
- b) Conter os planos, projetos e/ou parcerias implementados na escola.

- c) **Conter o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam os programas, projetos e práticas pedagógicas da escola, independentemente das diretrizes da SEE/MG.**
- d) Expressar a identidade e valores da comunidade e do território em que a escola está inserida caracterizando os sujeitos atendidos, acolhendo e potencializando as suas particularidades..

11. Em consonância com o Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula - SUCEM, estabelecido pela Resolução SEE nº 5.058/2024, relacione os conceitos com suas respectivas definições:

I – zoneamento

II – zona

III – inscrição

IV – encaminhamento

V – matrícula

- () – ato que vincula o candidato à escola, conferindo-lhe a condição de estudante
- () – alocação do estudante em escola pública conforme disponibilidade de vagas e critérios definidos na referida resolução, após a inscrição no SUCEM
- () – manifestação de interesse do estudante que deseja ingressar ou necessita mudar de escola na Rede Pública de Ensino de Minas Gerais
- () – divisão do município em pequenas áreas territoriais, por bairros, localidades rurais ou regiões próximas à residência do estudante, constituído de escolas municipais e/ou estaduais que oferecem, as etapas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissional
- () – agrupamento de zoneamentos limítrofes

A ordem correta é:

- a) **V, IV, III, I e II.**
- b) IV, V, I, III e II.
- c) IV, V, III, I e II.
- d) V, IV, II, I e III.

12. O Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE, conforme a Resolução SEE nº 4.055/2018, compete ao Secretário Escolar e ao Assistente Técnico de Educação Básica das escolas estaduais de Minas Gerais, exceto:

- a) Inserir e manter atualizados os dados cadastrais da Escola, de seus servidores e estudantes, observando normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.
- b) Realizar a matrícula e enturmação no SIMADE imediatamente após o acolhimento do estudante.
- c) Conferir os resultados escolares dos estudantes no SIMADE em até 5 dias úteis após o encerramento de cada bimestre letivo.
- d) **Cadastrar e inativar os servidores de sua Escola para realizar as operações no SIMADE e no DED**

13. Acerca da Resolução SEE nº 4.055/2018, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Portal SIMADE é o ambiente no qual as escolas configuram suas Propostas Pedagógicas, por meio dos Pacotes Etapa/Componente dos cursos ministrados, em conformidade com as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.
- b) A alteração de dados, no SIMADE WEB, será realizada por servidor que tenha autorização expressa do Diretor de Escola.
- c) O Diário Escolar Digital (DED) é um ambiente vinculado ao SIMADE WEB no qual serão registrados os conteúdos ministrados, a frequência dos estudantes, as atividades avaliativas e as oportunidades de aprendizagem em conformidade com o Regimento Escolar e normas vigentes.
- d) **No SIMADE WEB são inseridos os dados cadastrais da escola, vedada a inserção de dados dos estudantes.**